XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - BRASÍLIA/DF

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL II

LITON LANES PILAU SOBRINHO

NIVALDO DOS SANTOS

FELIPE CHIARELLO DE SOUZA PINTO

Copyright © 2016 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D598

Direito, economia e desenvolvimento sustentável II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UnB/UCB/IDP/ UDF;

Coordenadores: Felipe Chiarello de Souza Pinto, Liton Lanes Pilau Sobrinho, Nivaldo Dos Santos – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-174-6
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: DIREITO E DESIGUALDADES: Diagnósticos e Perspectivas para um Brasil Justo.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Direito. 3. Economia. 4. Desenvolvimento Sustentável. I. Encontro Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Brasília, DF).

CDU: 34

CONPEDI
Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Florianópolis – Santa Catarina – SC
www.conpedi.org.br

XXV ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI - BRASÍLIA/DF

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL II

Apresentação

A importância do estudo e da pesquisa multidisciplinar mostra-se fundamental nos dias de hoje, tendo em vista os inúmeros desafios pelos quais a humanidade vem passando. As relações entre o direito e a economia estão cada vez mais próximos, demonstrando a relevância da análise econômica do direito nos programas de pós graduação stricto sensu, principalmente no que tange ao estudo do desenvolvimento sustentável, já que este busca o equilíbrio entre os seus três pilares: ambiental, social e econômico.

A ONU (Organização da Nações Unidas), através de conferências a nível mundial, vem demonstrando sua preocupação com o meio ambiente, com o desenvolvimento econômico e social dos países. Isso fica claro ao se analisar os documentos e declarações provenientes dessas conferências, os quais buscam a implementação de objetivos com o fim de que toda a humanidade possa viver em melhores condições, de forma saudável. Para isso, o desenvolvimento deve tornar-se sustentável, em todos os seus âmbitos, ou seja, o desenvolvimento econômico deve cooperar com o meio ambiente, a fim de que se encontrem alternativas para que os seus fins sejam atingidos, de forma a não prejudicar um ou outro, com isso a sociedade poderá viver com qualidade, ou seja, o desenvolvimento social estará atingindo o seu fim.

A pesquisa nesses assuntos é fundamental, por isso o GT Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável tem como fim promover a discussão de temas que envolvam essas preocupações. Os pesquisadores, em todos os seus níveis, tem o dever e a função de colaborar para eu isso ocorra. Assim, os trabalhos selecionados versam sobre essa temática, trazendo novas contribuições para a sociedade científica.

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UNIVALI)

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto (UPM)

Prof. Dr. Nivaldo dos Santos (UFG)

UMA NOVA ECONOMIA E A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A NEW ECONOMY AND THE SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY

David Figueiredo Barros do Prado
Karina Caetano Malheiro

Resumo

O artigo aborda a economia atual e o consumo. O capitalismo é um modelo econômico a ser redesenhado, o binômio, produção e consumo, não se compatibiliza com as questões socioambientais deste século. O enfrentamento atual das questões ambientais está no âmbito das ações corretivas, não se aprofunda em um estudo das causas. Uma nova economia é o paradoxo deste século onde o capitalismo vigente requer a necessidade de um trinômio, Produção, Consumo e Responsabilidade Socioambiental. Por fim, busca-se demonstrar quão insustentável é o modelo de consumo atual e como agregar valor socioambiental à produção pode ser uma saída.

Palavras-chave: Economia, Meio ambiente, Consumo

Abstract/Resumen/Résumé

The paper deals with the present economy and consumption. Capitalism is an economic model to be redesigned, the binomial, production and consumption, isn´t compatible with the social environmental issues of this century. The present confrontation of the environmental issues is in the scope of corrective measures, doesn´t further analyze the causes. A new economy is the paradox of this century where capitalism requires the need of a trinomial, Production, Consumption and Social Environmental Responsibility. Finally, we seek to demonstrate how unsustainable is the present consumption model and how to add social environmental value to the production may be an exit.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Economy, Environment, Consumption

Introdução

O mundo precisa pensar numa nova economia pautada na relação do homem com o meio ambiente, considerando e quantificando os recursos naturais como um bem comum e finito. Buscando, assim, a redução da desigualdade social, sendo esta, atualmente, o maior clichê do capitalismo.

Utilizando o método dedutivo, pelo qual premissas gerais relacionadas ao capitalismo ao serem aplicadas a atual situação do meio ambiente mundial, é possível chegar à conclusão de que a forma como exploramos os recursos naturais deve ser completamente repensada, visando não somente preservar tais recursos como também um sistema de produção sustentável.

Atualmente vê-se um capitalismo voraz onde as grandes corporações se preocupam com investimentos e retornos que beneficiam a minoria da população. Capitalismo para quem? A custa de quê? Em resposta exemplificativa a tais indagações interessante apreender que:

> A desigualdade na Grã-Bratanha atingiu seu pior nível desde 1920, o que desfaz parte muito significativa das conquistas em torno das quais o próprio capitalismo da segunda metade do século 20 se assentou. De acordo com os rendimentos dos 90% dos britânicos menos ricos ficaram estáveis de 1973 a meados do milênio. Já os 1% mais ricos viram triplicar seus rendimentos. Segundo Martin Wolf, Colunista do *Financial Times,* de cada US$ 1 gerado no sistema econômico britânico entre 1976-2008, US$ 0,58 foram para 1% mais ricos. (ABRAMOVAY, 2012, p.60)

Em 2013, a World Top Incomes Database, banco de dados que investiga a evolução da distribuição de renda em mais de trinta países, em pesquisa coordenada pelos pesquisadores Piketty, da universidade de Paris, e o economista Emmanuel Saez, da Universidade de Berkeley, concluiu que "a fatia de renda apropriada pelos 10% mais ricos do EUA em 2012 é igual a 50,4%, a mais elevada desde 1917 quando a série começa." (*apud* Barbosa, 2014, s.p.)

Assim continua no sentido de que a concentração é maior na comparação entre os 99% na base e o 1% no topo da pirâmide, que fica com 22,5% – discrepância esta que o movimento *Ocupem Wall Street* ressaltou em protestos. Segundo Saez, de 1993 a 2012, a renda média real dos 99% cresceu 0,34% anual, enquanto a do 1% subiu 3,3% ao ano, dez vezes mais. Com isso, se apropriou de dois terços da riqueza gerada. (*idem*, s.p.)

Ban Ki-Moon, Secretário-geral das Nações Unidas em Davos, em janeiro de 2011 classificou o modelo econômico mundial praticado atualmente como uma espécie de "pacto

de suicídio global".[1] Em junho do ano de 2015, a Igreja Católica insurgiu-se publicamente em defesa do meio ambiente através da Carta Encíclica *Laudato SI*, que questiona os objetivos reais da economia e discute o modelo econômico atual. O documento papal assim se manifesta:

> A política não deve submeter-se à economia, e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia. Pensando no bem comum, hoje precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente da vida humana. (PAPA FRANCISCO, 2015, p.144)

O Papa Francisco assumiu a vanguarda com posições firmes da igreja, buscando pela Encíclica um debate global sobre os rumos do planeta e a compatibilidade do capitalismo com o meio ambiente e a sociedade.

Não é a primeira vez que a mesma Igreja faz intervenções firmes a respeito do *status quo* posto, pois em 1891 o Papa Leão XIII, na Encíclica *Rerum Novarum*, tornou pública a degradação da vida humana e a tragédia à qual se submetiam diariamente crianças, homens, mulheres, todos operários na revolução industrial – que ceifava vidas e mutilava seus operários à custa da produção de bens de consumo em larga escala.[2] A Igreja Católica foi um dos atores que impulsionaram o inicio da dignificação do ambiente de trabalho e do trabalhador.

A economia tem que estar a serviço do desenvolvimento social, mas o que se percebe atualmente é que a sociedade perdeu a capacidade real de condução de sua própria vida e de coesão social; vive-se para atender aos anseios consumistas, num sistema onde poucos se beneficiam. O consumo é a força motriz do modo de produção capitalista e, mesmo que seja num exercício de reflexão utópica, é primordial repensá-lo.

Todavia, não tão impossível assim, pois em 2011 foi publicado na *Harvard Business Review* um relevante trabalho intitulado "Criação de um valor compartilhado", no qual logo na introdução se registra que:

> O sistema capitalista está sob o cerco. Nos últimos anos, negócio cada vez mais tem sido visto como uma das principais causas de problemas sociais, ambientais e econômicos. As empresas estão amplamente percebendo estar prosperando à custa da comunidade mais ampla. (PORTER; KRAMER, 2011, p.1)

---

[1] United Nations, Meetings Coverage and Press Releases, Secretary-General Press Release, 28 january 2011. Disponível em: http://www.un.org/press/en/2011/sgsm13372.doc.htm . Acesso em: 01mar2016.
[2] Disponível em: http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 13mar2016.

Considerando que o recurso ambiental é finito e que a humanidade tem a meta de reduzir, num patamar de 50% à 80%, as emissões de gases que provocam o efeito estufa até 2050, [3]sem que isto impeça que os indivíduos atinjam uma condição satisfatória de qualidade de vida, a sociedade precisa repensar o comportamento econômico baseado única e exclusivamente no consumo indiscriminado e não raras vezes em bens supérfluos.

Feita esta delineação e transpondo para a realidade fática, é de se refletir, por exemplo, se o consumo desenfreado de veículos individuais é compatível com o contexto socioambiental atual. No Brasil, segundo o sitio estatal Portal Brasil (Brasil, 2014), a indústria automobilística atingiu o ápice ao produzir 3,74 milhões de unidades de veículos em 2013, um recorde histórico do setor. No mesmo ano, de acordo com Bazani (2015), a cidade de São Paulo quebrou o recorde de emplacamentos de veículos ingressantes no trânsito paulistano, sendo que, paradoxalmente, na grande maioria dos municípios do Brasil e em todas as regiões metropolitanas se discute, entre estudiosos e políticos, o grave problema da mobilidade urbana.

Outro exemplo emblemático é a indústria de alimentos, que demonstra o descompromisso com a responsabilidade socioambiental ao investir constantemente no lançamento de novos alimentos hipercalóricos e que respondem pela epidemia mundial de obesidade, a qual segundo Soares e Ritto (2010) já faz parte da realidade da população brasileira.

Verifica-se que a matriz energética tende a exercer uma pressão acentuada no ecossistema mundial, Curioso observar, no tocante à energia *per capita*, o discurso a narrar que:

> Em 2011 o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, prevê um limite para consumo per capita de energia – 70 gigajoules por ano, o que significaria cortar pela metade o gasto de energia do europeu médio e em três quartos o do americano. Já o indiano teria amplo espaço para aumentar o seu consumo primário de energia, que hoje é de 15 gigajoules, em média. (ABRAMOVAY, 2012, p.20)

O baixo consumo na Índia se deve a um padrão de vida rudimentar onde os indianos, em sua maioria, não dispõem de muitos utensílios domésticos no lar. Isso não significa que com o tempo os indianos não buscarão adquirir aparelhos modernos – especialmente

[3] A administração Obama tem como meta a redução de 83% dos gases que causam efeito estufa até 2050. U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Projected Greenhouse Gas Emissions.** P. 76. Disponível em: http://www.state.gov/documents/organization/140007.pdf. Acesso em: 23mar2016.

eletrodomésticos e eletrônicos a níveis de consumo compatíveis aos padrões Europeus e Americanos. Daí que essa espécie de equilíbrio envolto na dita "modernidade doméstica" exercerá pressão cada vez mais acentuada sobre os recursos naturais disponíveis, além do que paralelamente haverá a busca por maior produção de energia e a geração de resíduos sólidos.

É certo que um dos discursos mais incisivos na atualidade é aquele que versa sobre o desenvolvimento sustentável[4]. Todavia, o mesmo é utilizado em larga escala como se não houvesse diferenças socioeconômicas globais. Assim, interessante verificar o posicionamento de Geraldo E. Nascimento e Silva, quando ao autor afirma que:

> Parece-nos, contudo, que o desenvolvimento sustentável, tal como formulado é mais importante para os países desenvolvidos do que para os países em desenvolvimento. Graças a uma politica de degradação ambiental, os países desenvolvidos puderam elevar o nível de vida de suas populações provocando com isso um grau de poluição global que faz com que a adoção agora, pelos países em desenvolvimento, de uma politica semelhante tornaria o mundo quase inabitável. (*apud* MACHADO, 2014, p.70)

Em face do exposto, verifica-se a complexidade que envolve o tema economia, sociedade e meio ambiente. Os países desenvolvidos politicamente não querem uma eventual mudança econômica em busca de uma nova economia que, para eles, pode significar ceder.[5]

Os países emergentes buscam obter qualidade de vida nos padrões alcançados pelos países desenvolvidos. Para os emergentes, o desenvolvimento sustentável vai depender explicitamente de melhores, menos poluentes e mais modernos e eficientes meios de produção[6], além de contar com a concordância das potências em reduzir sua elevada carga poluidora, ora que os índices aceitáveis de emissões estão sem margem para acréscimos.

---

[4] O conceito de desenvolvimento sustentável é bastante amplo e foi definido pelo Relatório Brundtland: "Exploração equilibrada dos recursos naturais, nos limites da satisfação das necessidades e do bem-estar da presente geração, assim como de sua conservação no interesse das gerações futuras." KRIEGER, Maria da Graça. *et al*. **Dicionário de Direito Ambiental: terminologia das leis do meio ambiente.** 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008, p. 103.

[5] Essa opção política dos países desenvolvidos reflete a opinião majoritária das populações destes países: "As pesquisas feitas em nível global mostram que os habitantes dos países em desenvolvimento são os mais preocupados com a mudança climática. Um estudo transcultural de nove países desenvolvidos e em desenvolvimento indicou que aproximadamente 60% das pessoas entrevistadas sobre a mudança climática na China, na Índia, no México e no Brasil sentiam um "alto nível de apreensão", em contraste com cifras de apenas 22% no Reino Unido e na Alemanha." Pesquisa do HSBC "International survey of public atitudes towards climate change" (Pesquisa internacional das atitudes públicas sobre a mudança climática), citada pelo sociólogo britânico Anthony Giddens. GIDDENS, Anthony. **A Política da Mudança Climática.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 134.

[6] De acordo com Giddens, existe um "*imperativo de desenvolvimento*" para os países "mais pobres", cujo "processo tem implicações diretas para a sustentabilidade. A pobreza tem estreita associação com a expansão populacional, uma das causas que estão na raiz da pressão que hoje ameaça os recursos naturais. Continuará a haver duas trajetórias separadas de "desenvolvimento" no mundo, pelo menos até que os países mais pobres atinjam um certo padrão de riqueza. [...] Sempre que possível deve-se buscar a redução das emissões – pelo menos em relação às práticas passadas dos países desenvolvidos. A situação em vigor, em termos dos perigos

No meio da balança está o meio ambiente que a cada dia é acometido por dilapidações dos recursos naturais, por elevados índices de poluição ano após ano, pelo descarte crescente de resíduos sólidos, todos estes resultados deletérios estão ao entorno da busca do empreendedor em atender ao incansável anseio da sociedade pela aquisição de produtos e serviços.

Em outra via está o povo, uma sociedade pautada no consumo impulsionado pelas grandes corporações multinacionais que sobrevivem pelo lucro ilimitado e vivem de um capitalismo retrógrado onde não há espaço para a responsabilidade ambiental e social, onde muitas dessas corporações multinacionais se julgam socioambientalmente corretas simplesmente por contratar deficientes, gerarem empregos e atenderem aos padrões impositivos da lei para controle ambiental.

Destaca-se que os cientistas apontam, inicialmente, um aumento de 4,8°C (quatro grau e oito Celsius) na temperatura da terra, provocados pelo aumento nas emissões dos gases causadores do efeito estufa na atmosfera. (IPCC, 2014) Atualmente, o *Goddard Institute for Space Studies*, vinculado à NASA (NASA, 2015), aponta os dez últimos anos como os mais quentes dos últimos 130 anos, e o ano de 2014 como o de temperatura mais elevada já registrada na série histórica, e com visíveis resultados catastróficos ao planeta.

Repensar um novo modelo econômico é crucial para reverter o cenário de degradação ambiental que está em curso. Não basta buscar remediar as consequências da deterioração para com o meio ambiente; é necessária uma profunda mudança no sistema, pois na inércia a sociedade estará sempre atuando nos efeitos e nunca nas causas.[7]

1. Uma economia pautada no consumo socioambiental

A economia mundial tem hoje cinco vezes o tamanho do que tinha há meio século. Esse crescimento se deu sobretudo nos últimos trinta anos (ABRAMOVAY, 2012, p. 33), sendo

---

envolvidos na mudança climática, juntamente com um pico na produção de petróleo e gás natural, determinarão, em grande parte, até que ponto o "desenvolvimento" atual poderá imitar as trajetórias seguidas pelos países já industrializados. Já chegamos a um ponto em que os resultados dessas trajetórias encontram-se sob enorme pressão. Não obstante, há que se reconhecer uma certa "licença para poluir" ". GIDDENS, 2010, p. 90.

[7] "A crise ambiental contemporânea tem nos obrigado a repensar a relação entre o ser humano e a natureza. Isso não é novidade. A consciência sobre a relação com a natureza tem mudado através da história. Vários elementos têm incidido nestas mudanças. As crises ecológicas locais ou regionais têm sido um deles, tal como se manifestam em mitos, ou em costumes, ou disposições políticas que buscam uma reconciliação com o ecossistema alterado. Hoje em dia, a principal novidade é o caráter planetário da crise ambiental.[...] Trata-se, por exemplo, do superaquecimento global da Terra, que pode acarretar consequências imprevisíveis e com certeza em escala planetária. [...] A opinião de que vivemos num mundo finito em materiais se generalizou, assim como a idéia (*sic*) de que, desse modo, uma produção ilimitada de bens, que parece ser a tendência atual, não poderia ser viável." FOLADORI, Guillermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável.** Tradução: Marise Manoel. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001, p.136.

certo que a aceleração econômica mundial, atualmente, conhece um limitador de crescimento: a finitude dos recursos naturais. Sobre o tema, convém retomar o documento papal já exposto anteriormente, a prever que:

> Entretanto os poderes económicos continuam a justificar o sistema mundial actual, onde predomina uma especulação e uma busca de receitas financeiras que tendem a ignorar todo o contexto e os efeitos sobre a dignidade humana e sobre o meio ambiente. Assim se manifesta como estão intimamente ligadas a degradação ambiental e a degradação humana e ética. Muitos dirão que não têm consciência de realizar acções imorais, porque a constante distracção nos tira a coragem de advertir a realidade dum mundo limitado e finito. Por isso, hoje, « qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa face aos interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta. (PAPA FRANCISCO, 2015, p.45)

O modelo econômico precisa ser revisto em diversos aspectos e o ponto crucial diz respeito à tentativa de reverter a sedimentada cultura do consumo desenfreado, passando à conscientização para o consumo responsável. Em tal contexto, esse novo modelo consumerista será a próxima versão do capitalismo, mesmo porque:

> Precisamos de uma forma mais sofisticada de capitalismo, imbuídos de um propósito social. Mas esse efeito deve surgir não por caridade, mas força de uma compreensão mais profunda da concorrência e criação de valor econômico. Esta próxima evolução no modelo capitalista reconhece novas e melhores formas de desenvolver produtos, servir mercados, e construir empreendimentos produtivos. (PORTER; KRAMER, 2011, p.14) – Tradução do autor.

Leve-se em conta que o crescimento econômico traz para a sociedade o aumento de oferta de bens e serviços e ambos devem ser revistos além do viés convencional: lucro, tributos e emprego. O momento para ampliar a visão de valores chegou.

O modelo econômico atual busca permanentemente o aumento do consumo sem que se faça uma análise dos efeitos em cadeia que o seu produto refletirá. Essa ampliação ataca o ecossistema e provoca mudanças culturais na vida dos indivíduos e em sociedade; toma-se como exemplo os carros: a produção de automóveis para particulares.

Segundo Abramovay (2012, p.72), em 2011 o presidente da Shell afirmou, por intermédio de publicação contida no site do *World Business Council for Sustainable Development*, A urgência de que o mundo prepare para receber mais 1 bilhão de automóveis nos próximos anos, O que é crível, já que atualmente são produzidos globalmente, uma média de oitenta milhões de carros por ano[8].

[8] Ver a estatística no site Worldometers. Disponível em: http://www.worldometers.info/br/. Acesso em: 20mar2016.

Some-se a isso que contemporaneamente a frota mundial de veículos, por meio da combustão interna, é a maior responsável pela emissão de monóxido de carbono na atmosfera. Os veículos a combustão, não detêm avançada tecnologia no que tange ao motor e praticamente segue-se o mesmo princípio desde a descoberta, por Karl Benz em 1876, da combustão de gases e o movimento dos pistões que gera a força motriz.

Amory Lovins critica a eficiência energética dos automóveis ao afirmar que:

> A indústria automobilística, do fim do século XX, é a mais alta expressão da indústria do ferro, e sua ineficiência energética é impressionante, Da energia do combustível que ela consome, ao menos 80% é perdida, principalmente no aquecimento do motor e no escapamento, ou seja, 20% é realmente usada para girar rodas. Do que resta, 95% move os carros e apenas 5% os motoristas, proporcionalmente, a seus respectivos pesos. 5% de 20% são iguais a 1%, um resultado não muito gratificante para os carros americanos que queimam seu próprio peso em gasolina a cada ano. (*apud* ABRAMOVAY, 2012, p.74)

O mesmo físico e cientista ambiental retro, em conjunto com o *Rocky Mountain Institute* publicaram um estudo sobre o custo do automóvel para o Estado norte-americano, chegando-se à conclusão de que "o automóvel individual exigiu a pavimentação nos Estados Unidos, de uma superfície arável correspondente aos Estados de Ohio, Indiana e Pensilvânia, com custo diário de manutenção de US$ 200 milhões." (*apud* Abramovay, 2012, p.72)

Os acidentes de trânsito refletem não apenas a imprudência no volante, as precárias condições das estradas e outros fatores que levam às causas de sinistros. O visível excesso de veículos em circulação também é responsável, pois segundo a Associação Brasileira de Prevenção a Acidentes de Trânsito (2015), os acidentes de automóveis no Brasil possuem uma estatística alarmante: o Seguro DPVAT pagou, em 2014, 52.200 indenizações por morte e 596.000 por invalidez[9].

O aumento das frotas de veículos nas cidades tem, consequentemente, minimizado o fluxo e paralisado o trânsito pelos incontáveis quilômetros de engarrafamentos que ocorrem na maioria das grandes metrópoles em escala global[10].

---

[9] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PREVENÇÃO A ACIDENTES DE TRÂNSITO. **Estatísticas do Seguro Obrigatório DPVAT.** Disponível em: http://vias-seguras.com/os_acidentes/estatisticas/estatisticas_nacionais/estatisticas_do_seguro_dpvat. Acesso em: 12mar2016.

[10] "O número de carros não para de crescer no país. Com o aumento da frota, o Brasil já tem um automóvel para cada 4,4 habitantes. São 45,4 milhões de veículos do tipo. Há dez anos, a proporção era de 7,4 habitantes por carro. [...] A campeã é São Caetano do Sul. São 99 mil veículos de passeio para uma população de 156 mil – uma média de dois veículos para cada três pessoas. Uma das explicações para o índice é a alta renda per capita. A cidade é a que tem o maior Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) do país. "Além disso, o ABC é um dos berços da indústria automobilística do Brasil. A população é apaixonada por automóvel", diz o secretário

Verifica-se um descompasso entre a iniciativa privada, sociedade e governantes. A responsabilidade socioambiental é a próxima fase do capitalismo tradicional predatório[11] e pode ser alcançada quando os atores se unem para buscar uma solução coletiva que visa à melhoria da qualidade de vida do individuo e da sociedade.

O empresário do setor automotivo deveria participar dos debates sobre mobilidade urbana. Por sua vez, os governantes devem participar de fóruns de trabalhos e debates com a iniciativa privada sobre estratégias de redução das emissões dos gases de efeito estufa e, por fim, a sociedade civil organizada deve participar ativamente de ambos os debates do setor público e privado e exigir dos governantes prioridades em eficientes meios de transporte coletivo e de carga, com o propósito de reduzir as pressões viárias em sua cidade.

É aviltamento com o bem comum consumir demasiadamente recursos naturais ditos finitos para a produção de um bem parco, desnecessário, ineficiente e com função social limitada – ambulâncias, viaturas, carro de bombeiros, transporte público, etc. – em comparação à massa automobilística em circulação. Daí a necessidade de mudança de paradigma com o capitalismo ora posto, haja vista que:

> Uma grande parte do problema está com as próprias empresas, que permanecem presos em uma abordagem ultrapassada a criação de valor que surgiu ao longo das últimas décadas. Eles continuam a ver a criação de valor de forma restritiva, otimizando o desempenho financeiro de curto prazo em uma bolha enquanto faltam com as necessidades dos clientes mais importantes e ignorar as influências mais amplas que determinam o seu sucesso a longo prazo. De que outra forma poderia empresas ignoram o bem-estar dos seus clientes, o esgotamento dos recursos naturais vitais para seus negócios, a viabilidade de os principais fornecedores, nem o sofrimento econômico das comunidades em que eles produzem e vendem? De que outra forma poderia empresas pensam que simplesmente mudando atividades para locais com salários cada vez mais baixos era uma "solução" sustentável aos desafios competitivos? Governo e sociedade civil muitas vezes exacerbado o problema ao tentar resolver as deficiências sociais à custa do negócio. Os presumíveis trade-offs entre eficiência económica e progresso social foram institucionalizadas em décadas de escolhas políticas. (PORTER; KRAMER, 2011, p.1) – Tradução do autor.

---

interino de Mobilidade Urbana da cidade, Marcelo Ferreira de Souza. Segundo ele, o boom de veículos nos últimos anos, parte em razão da rápida verticalização do município, tem provocado congestionamentos e complicado o tráfego." REIS, Tiago. Com aumento da frota, país tem 1 automóvel para cada 4 habitantes In **G1**. 10mar2014. Disponível em: http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/03/com-aumento-da-frota-pais-tem-1-automovel-para-cada-4-habitantes.html. Acesso em 14mar2016.

[11] Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer entendem que esse "capitalismo socioambiental", já expresso na nossa Constituição Federal (nos arts. 3º e 170), seria "[...] capaz de compatibilizar a livre iniciativa, a autonomia e a propriedade privada com a proteção ambiental e a justiça social (ou socioambiental!), tendo como norte normativo, "nada menos" do que a proteção e promoção de uma vida humana digna e saudável (e, portanto, com qualidade ambiental) para todos os membros da comunidade estatal." SARLET, Ingo W.; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental – Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente.** 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 120.

O Papa Francisco não poderia deixar de apontar o problema ambiental que surge com o consumo demasiado e irracional. De maneira inteligente, demonstra na encíclica como uma tecnologia não pode resolver definitivamente um problema ambiental criado pelo homem[12].

Com o aumento das emissões de gases do efeito estufa, aumenta-se vertiginosamente a temperatura da terra, com reflexo na mudança do clima e estações do ano. O indivíduo, por sua vez, resolve o problema do desconforto térmico em seu ambiente de convívio adquirindo um aparelho de ar condicionado. O aparelho condicionador de ar consome energia elétrica que, independentemente da matriz energética (hidrelétrica, termoelétrica, nuclear, eólica, solar, entre outras), tem implicações reais nas mudanças climáticas e, consequentemente, na redução da capacidade de gestão sobre a produção de energia.

Se, hipoteticamente, em face do calor, cada individuo do planeta que possui recursos para adquirir um aparelho condicionador de ar o compre e utilize, certamente a eletricidade irá minguar nos cinco continentes, tornando o aparelho inútil. A Carta Papal é enfática ao expor que:

> Cresceu a sensibilidade ecológica das populações, mas é ainda insuficiente para mudar os hábitos nocivos de consumo, que não parecem diminuir; antes, expandem-se e desenvolvem-se. É o que acontece – só para dar um exemplo simples – com o crescente aumento do uso e intensidade dos condicionadores de ar: os mercados, apostando num ganho imediato, estimulam ainda mais a procura. Se alguém observasse de fora a sociedade planetária, maravilhar-se-ia com tal comportamento que às vezes parece suicida. (PAPA FRANCISCO, 2015, p.44)

A boa prática da sociedade e do empreendedor pode mudar o cenário que se instala. Nos EUA se discute um novo conceito de consumo, chamado de *creating shared value*[13]

---

[12] Na verdade, para Enrique Leff, economista mexicano, professor de Ecologia Política e Políticas Ambientais e coordenador do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), ao discutir a degradação ambiental na América Latina, coloca a própria tecnologia como responsável pelos problemas ambientais: "A aceitação passiva destes padrões tecnológicos (por falta de uma política eficaz de assimilação e produção autônoma de tecnologias) levou os países "subdesenvolvidos" a adotar estratégias de desenvolvimento subordinadas à inércia geral do desenvolvimento capitalista, gerando uma crescente polarização entre nações e grupos sociais." LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura – A territorialização da racionalidade ambiental.** Tradução da 1ª ed: Jorge E. Silva; revisão técnica Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 38. Na mesma linha de pensamento sobre o impacto da tecnologia no meio ambiente, temos a lição de Sarlet e Fensterseifer: "[...] a simples criação ou mesmo aprimoramento de determinada técnica não nos transporta por si só para um novo estágio de evolução moral e bem-estar social. Assim, os avanços científicos e tecnológicos operados pela ciência, especialmente a partir da "revolução científica" dos séculos XVI e XVII [...], a despeito dos notáveis progressos que propiciou, paralelamente serviram (e ainda servem) de instrumento de intervenção no meio natural e, consequentemente, de degradação e esgotamento dos recursos naturais, na medida em que a Natureza é tratada – do ponto de vista filosófico – como uma simples máquina, destituída de qualquer valor intrínseco." SARLET e FENSTERSEIFER, 2013, p. 37.

[13] De acordo com a ONG "Shared Value Initiative": "O conceito foi definido no artigo "Creating Shared Value" da *Harvard Business Review* (Janeiro/Fevereiro de 2011), pelos Professores Michael E. Porter e Mark R.

(criando valor compartilhado). Cria-se um valor monetário para um produto que embute para a sociedade um retorno na qualidade social e ambiental do indivíduo dentro de sua cadeia produtiva.

As empresas estão em busca do refazimento da imagem social para com a sociedade que, atualmente, enxerga o empreendedor como oportunista e degradador do bem comum. Buscam, através desta nova atuação, agregar valores em seu produto que excedem a qualidade e filantropia. Daí a necessidade de se entender, em relação a este novo modelo, que:

> Nada obstante, as organizações empresariais podem criar valor económico através da criação de valor social. Há três maneiras distintas de fazer isso: por reconceber produtos e mercados, redefinindo a produtividade na cadeia de valor, e construir clusters industriais de apoio em locais da empresa. Cada um deles é parte do círculo virtuoso de valor compartilhado; melhorar o valor em uma área dá origem a oportunidades nos outros. O conceito de valor compartilhado redefine os limites do capitalismo. Pelo sucesso melhores empresas de ligação com a melhoria da sociedade, ela abre muitas maneiras de servir as novas necessidades, ganhar eficiência, criar diferenciação e expandir os mercados. (PORTER; KRAMER, 2011, p.5) – Tradução do autor.

Grandes multinacionais, como General Eletric, Google, IBM, Intel, Johnson & Johnson, Nestlé, Unilever, Wal-Mart, entre outras, estão empreendendo esforços para criar mundialmente o seu valor compartilhado.[14] Porter e Kramer estudaram as boas práticas que estão em curso nos negócios das empresas. Exemplificando, a Nestlé mudou a cadeia de produção para o seu produto Nespresso[15], e observou a seguinte evolução:

> A obtenção de um fornecimento confiável de cafés especializados é extremamente desafiadora. No entanto, a maioria dos cafés são cultivados por pequenos agricultores em áreas rurais pobres da África e da América Latina, que estão presos em um ciclo de baixa produtividade, má qualidade e degradação ambiental que limita o volume de produção. Para resolver estas questões, a Nestlé redesenhou profundamente. Ela trabalhou intensamente com seus produtores, fornecendo aconselhamento sobre práticas agrícolas, garantindo empréstimos bancários, e ajudando entradas seguras, como estoque de plantas e controle de pesticidas e fertilizantes. A Nestlé estabeleceu instalações locais para medir a qualidade do café no ponto de compra, o que lhe permitiu pagar um prêmio por melhores feijões directamente aos produtores e, assim, melhorar seus incentivos. O maior rendimento por hectare e a maior qualidade da produção aumentaram a renda

---

Kramer." **Shared Value Initiative.** Disponível em: http://www.sharedvalue.org/about-shared-value. Acesso em: 13mar2016. Tradução da autora.

[14] A lista completa das "51 empresas que estão mudando o mundo" encontra-se na Revista Fortune. Disponível em: http://fortune.com/change-the-world/. Acesso em: 13mar2016.

[15] "Nespresso combina uma sofisticada máquina de café expresso com cápsulas de alumínio single-copo contendo cafés terrestres de todo o mundo." NESPRESSO. Disponível em: https://www.nespresso.com/br. Acesso em: 12mar2016.

> dos produtores, bem como o impacto ambiental das explorações agrícolas encolheu. Enquanto isso, o fornecimento confiável da Nestlé de bom café cresceu significativamente. Valor compartilhado foi criado. (PORTER; KRAMER, 2011) – Tradução do autor.

No Brasil, identificam-se empresas engajadas nestes valores. Em geral, adotam certificações de gestão compartilhada em qualidade ambiental e social que contemplam toda a cadeia produtiva, bem como o pós-consumo.[16]

Ações responsáveis e comprometidas com a causa levam a empresa e seus fornecedores a melhores práticas de gestões ambientais, tecnológicas, qualidade, eficiência energética e social do negócio em cadeia, criando, por fim, um valor compartilhado no produto conjuntamente com a responsabilidade ambiental e social das empresas envolvidas na cadeia.

Os governantes, através dos órgãos ambientais, deveriam cogitar a criação de uma espécie de cota-crédito ambiental. Seria um instrumento que delinearia, na própria concessão da licença ambiental, o limite que cada empreendimento teria para emissão de gases geradores do efeito estufa, independentemente do atendimento ao disposto em lei, a cota para consumir determinado recurso natural e para poluir. Estaríamos, assim, dando equidade no acesso aos recursos naturais. Machado (2014, p.88) faz a seguinte delineação sobre a equidade:

> A equidade deve orientar a fruição ou o uso da água, do ar e do solo. A equidade dará oportunidades iguais diante de casos iguais ou semelhantes. Dentre as formas de acesso aos bens ambientais destacam-se pelo menos três: acesso visando o consumo do bem (captação de água, caça, pesca), acesso causando poluição (acesso à água ou ar para lançamento de poluentes [...]) e acesso à contemplação da paisagem.

2 Educação e família

O consumo como sinônimo de felicidade[17] é um problema que está sendo disseminado em lares através dos meios audiovisuais. Quando nascemos, somos programados a consumir. Recebemos essa dose diária de indução psicológica em nossos lares quando ainda somos crianças.

---

[16] Relevante o comentário do Nobel de economia Amartya Sen: "O desenvolvimento é fundamentalmente um processo de "empoderamento", e esse poder pode ser usado para preservar e enriquecer o ambiente, e não apenas para dizimá-lo." SEN, Amartya. **A Ideia de Justiça.** Tradução Denise Bottmann, Ricardo Doninelli Mendes. 3ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 284.

[17] A ideia desta felicidade que pode ser comprada, provavelmente relaciona-se com a "economia do bem-estar" que segundo Amartya Sen, "concedeu à felicidade o status de importância única na avaliação do bem-estar e da vantagem humana, colocando-a como a base da avaliação social e da elaboração de políticas públicas." *Idem*, p. 306.

O fato é notório e de fácil comprovação. Basta assistir por alguns minutos um desenho voltado para crianças que, no intervalo da programação, aparecerá uma criança feliz com um brinquedo na mão, muitas vezes réplica dos personagens do desenho que acabou de assistir.

A mensagem inconsciente que se transmite à criança é "fico feliz quando possuo o brinquedo" e, assim, o desenvolvimento mental individual continua durante toda a vida.

Richard Easterlin (2011), economista demográfico norte-americano e sua equipe, realizaram pesquisa que estudou o Japão, nove países europeus, dezessete países latino-americanos e nove países pobres situados na África, Ásia e na América latina. O resultado levou ao entendimento de que, "em determinado ponto do tempo, dentro de uma nação, ou entre nações, a felicidade varia diretamente da renda, mas ao longo do tempo, a felicidade não aumenta quando a renda aumenta." Mas a principal conclusão dos envolvidos no estudo é que "o crescimento econômico individual não é o caminho para a maior felicidade." (Tradução do autor)

Já Abramovay (2012, p.68) suscita uma possível resposta para a felicidade ao afirmar que talvez, mais úteis sejam "os estudos que colocam a necessidade de focar a política em temas pessoais urgentes que se referem à saúde, à vida familiar e a formação das preferências matérias, mais que à mera escalada para a obtenção de bens."

Para Bertrand Russell, o pensamento aristotélico sobre a felicidade na obra *Ética a Nicômaco* formula a ética da virtude baseada na busca pela felicidade, mas felicidade humana, feita de bens materiais e riquezas que ajudam o homem a se desenvolver e não se tornar mesquinho, bem como bens espirituais, como a ação (política) e a contemplação (a filosofia e a metafísica). (RUSSELL, 2015, p.221-233)

Enquanto isso, na Encíclica Papal já citada neste artigo comenta-se sobre a felicidade no sentido de que ela "exige saber limitar algumas necessidades que nos entorpecem, permanecendo assim disponíveis para as múltiplas possibilidades que a vida oferece." (PAPA FRANCISCO, 2015, p.5)

A propaganda é hoje ultrajante e está em simetria com os ditames do capitalismo voraz que, por sua vez, encontra terra fértil na grande maioria dos lares e na vida intelectual do indivíduo a falta de preparo da família para a questão e o desamparo das escolas que, atualmente, não preparam o indivíduo para pensar, e sim ser um tecnicista: produzem o consumidor perfeito.

O consumidor perfeito, não aceita que exista um celular mais moderno que o seu atual, em perfeitas condições de funcionalidade e imediatamente o substitui. Um carro somente não

é suficiente para o seu anseio, roupas e sapatos não têm limite para consumo, tendo em vista que segue a moda vigente, relógios se fazem necessários combinar com roupa, eletrônicos não se consertam, substituem-se. A encíclica comenta sobre o assunto nos seguintes termos:

O mesmo documento do pontífice lembrou que o mundo não pode ser analisado concentrando-se apenas sobre um dos seus aspectos, porque "o livro da natureza é uno e indivisível", incluindo, entre outras coisas, o ambiente, a vida, a sexualidade, a família, as relações sociais. É que "a degradação da natureza está estreitamente ligada à cultura que molda a convivência humana." (PAPA FRANCISCO, 2015, p.6)

Vai mais além o Santo Padre, ao dirigir ao indivíduo, independentemente de classe, religião, raça, crença, a seguinte mensagem:

> O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projecto de amor, nem Se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum. Desejo agradecer, encorajar e manifestar apreço a quantos, nos mais variados sectores da actividade humana, estão a trabalhar para garantir a protecção da casa que partilhamos. Uma especial gratidão é devida àqueles que lutam, com vigor, por resolver as dramáticas consequências da degradação ambiental na vida dos mais pobres do mundo. Os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor, sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos. (PAPA FRANCISCO, 2015, p.13)

Em junho de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro – também conhecida como Eco-92 ou Rio-92, reafirmou a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano adotada em Estocolmo em 16 de junho de 1972. (GRANZIERA, 2014, p.47) Além disso, estabeleceu 27 princípios norteadores para os Estados Partes, mas para efeito do presente artigo interessam especialmente os princípios de números 3 e 8, que possuem respectivamente as seguintes redações:

> [...] O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras. [...]

> [...] Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida mais elevada para todos, os Estados devem reduzir e eliminar os padrões insustentáveis de produção e consumo, e promover políticas demográficas adequadas. [...][18]

O pensamento eclesiástico está de acordo com os princípios adotados na Rio-92, mas se não ocorrerem profundas mudanças nos valores familiares, na educação de base, e os governantes não analisarem a cultura disseminada pela grandes mídias, os esforços para contornar a degradação ambiental serão infrutíferos.

Conclusão

A reversão do quadro de degradação e de esgotamento ambiental que está em curso é de grande complexidade e ausente do devido enfrentamento pelos governantes em âmbito global. Estes buscam tão somente adotar medidas paliativas para remediar a poluição e não intercedem na causa da degradação. Exemplo crasso diz respeito aos resíduos sólidos: diversos países incentivam a reciclagem, reutilização e a redução da geração, mas pouca discussão se verifica sobre o consumo exponencial.

No Brasil, a título de exemplo, temos a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei 12.305/2010. Ocorre que a geração de resíduos sólidos é crescente na medida em que o poder aquisitivo da população avança e, consequentemente, a administração pública não disporá de aterros e operacional suficientes para dar conta do aumento de resíduos.

Prova disto são os inúmeros aterros municipais e até mesmo particulares licenciados que já atingiram, em um curto prazo, a sua vida útil e capacidade de acúmulo; some-se a isso a ineficiência das usinas de segregação e reciclagem – algumas extremamente rudimentares – e tem-se terreno fértil para a inferência de que o sistema entrará em colapso.

É comum verificar em prefeituras Brasil afora, travestidas de sustentáveis ambientalmente, promovendo campanhas de conscientização com *slogans* do tipo "cidade limpa é a que menos suja." No contexto atual pode-se considerar tal postura como demagoga e hipócrita, haja vista que o consumo em larga escala gera receitas ao município que, por sua vez, o incentiva; por fim, a problemática desemboca no efeito deletério do aumento na geração dos resíduos.

Em sua totalidade, as corporações nacionais e multinacionais atuam naturalmente visando o lucro, mas muito poucas se envolvem com os efeitos ambientais e sociais que seus

---

[18] ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento.** Disponível em: http://onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf. Acesso em 09mar2016.

produtos geram após o consumo; observam à distância as sequelas enquanto se regozijam com os resultados das vendas, quase sempre gerando ativos significativos. A ausência de Responsabilidade Social também é muito comum.

Um novo modelo econômico, um capitalismo em versão atualizada, onde se leva em conta o meio ambiente, o indivíduo e o bem-estar social é de vital importância para as gerações futuras. O consumo voraz individual na escala em que se encontra levará ao esgotamento dos recursos naturais do planeta na medida em que os países em desenvolvimento, bem como a população mundial, acrescem nos aspectos consumeristas e demográficos.

É natural que os países com baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico busquem alcançar padrões econômicos e de comodidade compatíveis com os países desenvolvidos. Estes, por sua vez, não querem ceder ambientalmente em acordos globais de redução do índice de poluentes, além do que não toleram sequer pensar em mudanças numa economia predatória e dominadora ora em curso, na qual figuram no polo ativo.

Felizmente, por mais difícil que se apresente, o problema tem solução. Como exemplo, narrou-se no presente artigo práticas espontâneas de multinacionais que, com a adesão de cada vez mais corporações, podem ter efeitos desejáveis.

Corporações nacionais e multinacionais, sociedade civil e governos devem participar ativamente da elaboração de soluções, levando em primeira ordem o debate sobre os rumos do capitalismo.

Afinal de contas, o homem é o ser vivo com maior potencial de alteração do ambiente que o cerca; se isso pode ser feito de forma negativa, sem dúvida pode refletir o inverso.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Planeta Sustentável, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PREVENÇÃO A ACIDENTES DE TRÂNSITO. **Estatísticas do Seguro Obrigatório DPVAT.** Disponível em: http://vias-seguras.com/os_acidentes/estatisticas/estatisticas_nacionais/estatisticas_do_seguro_dpvat. Acesso em: 12mar2016.

BARBOSA, Flavia. Desigualdade nos EUA atinge maior nível em um século In **O Globo.** 12jun2014. Disponível em: http://oglobo.globo.com/economia/desigualdade-nos-eua-atinge-maior-nivel-em-um-seculo-12452072. Acesso em: 10mar2016.

BAZANI, Adamo. Frota de veículos em São Paulo bate recorde de crescimento em 2013 nos últimos três anos In **Associação Nacional de Transportes Públicos**, 15 fev. 2014. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/01/industria-automobilistica-do-pais-bate-recorde-de-producao-em-2013. Acesso em: 26mar2016.

BRASIL. Governo Federal. Portal Brasil. **Indústria automobilística do País bate recorde de produção em 2013.** 30jul2014. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/01/industria-automobilistica-do-pais-bate-recorde-de-producao-em-2013. Acesso em: 14mar2016.

EASTERLIN, Richard A.; *et.al.* The happiness-income paradox revisited In **PNAS – Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America.** Washington: The National Academy of Sciences, Vol. 107, n. 52, 28dez2010 [online]. Disponível em: ftp.iza.org/dp5799.pdf. Acesso em: 09mar2016.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável.** Tradução: Marise Manoel. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FORTUNE MAGAZINE. **51 companies that are changing the world.** Disponível em: http://fortune.com/change-the-world/. Acesso em: 13mar2016.

GIDDENS, Anthony. **A Política da Mudança Climática.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental.** 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

INTERGOVERNMENTAL PANEL IN CLIMATE CHANGE - IPCC. **Climate Change 2014 Synthesis Report – Fifth Assessment Report.** Disponível em: http://ar5-syr.ipcc.ch/ipcc/ipcc/resources/pdf/IPCC_SynthesisReport.pdf. Acesso em: 24mar2016.

KRIEGER, Maria da Graça; *et al*. **Dicionário de Direito Ambiental: terminologia das leis do meio ambiente.** 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

LEÃO XIII. ***Rerum Novarum***. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 13mar2016.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura – A territorialização da racionalidade ambiental.** Tradução: Jorge E. Silva; revisão técnica: Carlos Walter Porto-Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2009.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION - NASA. **Global climate change**. Disponível em: http://climate.nasa.gov/ . Acesso em: 13mar2016.

NESPRESSO. Disponível em: https://www.nespresso.com/br. Acesso em: 12mar2016.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento.** Disponível em: http://onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf. Acesso em: 09mar2016.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato SI**: **sobre o Cuidado da Casa Comum.** Roma, Cidade do Vaticano, 24 mai. 2015. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html . Acesso em: 6mar2016.

PORTER, Michael; KRAMER Mark. Creating shared value In **Harvard Business Review**. Boston, EUA: Harvard Business Publishing, jan.-feb. 2011.

REIS, Tiago. Com aumento da frota, país tem 1 automóvel para cada 4 habitantes In **G1**. 10mar2014. Disponível em: http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/03/com-aumento-da-frota-pais-tem-1-automovel-para-cada-4-habitantes.html. Acesso em: 14mar2016.

RUSSELL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental – Livro 1: a filosofia antiga.** Tradução: Hugo Langone. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SARLET, Ingo W.; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental – Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente.** 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

SEN, Amartya. **A Ideia de Justiça.** Tradução Denise Bottmann, Ricardo Doninelli Mendes. 3ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SHARED VALUE INITIATIVE. **What is Shared Value?** Disponível em: http://www.sharedvalue.org/about-shared-value. Acesso em: 13mar2016.

SOARES, Lucila; RITTO, Cecila. Pesquisa do IBGE confirma que obesidade é epidemia no Brasil. **Revista Veja** [online], 27ago2010. Disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/saude/pesquisa-do-ibge-mostra-que-obesidade-e-epidemia-no-brasil . Acesso em: 10mar2016.

UNITED NATIONS. **Meetings Coverage and Press Releases, Secretary-General Press Release, 28 january 2011.** Disponível em: http://www.un.org/press/en/2011/sgsm13372.doc.htm . Acesso em: 01mar2016.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Projected Greenhouse Gas Emissions.** Disponível em: http://www.state.gov/documents/organization/140007.pdf. Acesso em: 23mar2016.

WORLDOMETERS. Disponível em: http://www.worldometers.info/br/. Acesso em: 20mar2016.